



MINISTÉRIO DAS CIDADES

Secretaria Nacional de Habitação

Departamento de Habitação Rural

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO MCMV RURAL

Instituído pela Portaria MCID nº 646, de 65 de junho de 2023

1. DATA: 25 de janeiro de 2024

2. LOCAL: Secretaria Nacional de Habitação, reunião presencial.

3. PRESENTES

3.1 MEMBROS

Secretaria Nacional de Habitação MCID

Hailton Madureira
Mirna Quinderé Belmino Chaves
Monique Toledo Salgado
José Cristiano Rilling da Nova Cruz
Maria Alice Bueno Accorsi
Francisco Cardeal Neto
Victor Lemes Cruzeiro
Jecinaldo Barbosa Cabral
José Arnaldo de Brito
Eustácio Magno de Souza Macêdo
Jéssica da Silva Brito
Lucas Henrique Alves de Moraes
Caio Júnior Santanna
José Eduardo Gomes de Moraes
Alberto Freire da Silva
Osmundo J. Neves da Silva

Caixa Econômica Federal, agente financeiro
Ministério da Igualdade Racial
Ministério dos Povos Indígenas
CONTAG
CONTRAF
MCP

MPA
MST
UNMP

3.2 CONVIDADOS

Secretaria Executiva da Presidência da República
MCID/SNH/DHR
MCP

Eronides Neto
Sérgio Calderini
Cidenilson Silva

4. PAUTA

4.1 Informe sobre processo de seleção de propostas de 2023, conforme Portaria nº 743, de 2023

5. DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

O Secretário Nacional de Habitação abriu a reunião informando aos presentes que a seleção final de propostas ainda não foi concluída, necessitando que o cenário proposto pela SNH seja avaliado pelo Ministro das Cidades e, posteriormente, pela Casa Civil da Presidência da República.

Informou também que o primeiro cenário estudado para a escolha das propostas parte do atendimento de municípios com maior população rural absoluta. A partir desse marco, a metodologia de seleção adotada observa, em linhas gerais, o processo a seguir descrito:

- a) foram listados os municípios conforme a ordem decrescente da população rural absoluta para cada Estado;
- b) seguindo a ordem decrescente da população rural absoluta dos municípios, foram selecionadas as propostas enquadradas mais bem pontuadas pelo agente financeiro em cada município, de acordo com os critérios expressos na Portaria nº 743, e com os pesos atribuídos a cada critério, respeitando o nível de habilitação de cada entidade; e
- c) atendidos todos os municípios que tenham proposta enquadrada e havendo saldo na meta definida para cada UF, voltou-se ao início da lista de municípios ordenada conforme ordem decrescente de população rural absoluta e escolheu-se a proposta mais bem pontuada de entidade que ainda não haja sido atendida naquele município.

Esta sequência foi seguida até que a meta em cada UF fosse alcançada, sendo apresentado o Quadro 1 que simula o método aplicado em uma UF hipotética.

Complementarmente, o Secretário informou que a SNH pretende estudar outros cenários e selecionar mais do que a meta estabelecida de 30 mil UHs, tendo em vista a taxa de insucesso que ocorre nas contratações, decorrente de dificuldades técnicas ou de comprovação de documentação por parte das entidades. A definição do percentual a mais ainda está para ser estabelecido pelo Ministro das Cidades.

O Secretário também esclareceu que as considerações e as análises apresentadas sobre os resultados de um primeiro cenário ensaiado para a seleção consideram um universo de propostas selecionadas correspondente a aproximadamente 41 mil unidades.

As entidades manifestaram preocupação com a iniciativa do MCID em selecionar uma quantidade maior de propostas do que a meta estabelecida para 2023 e a possibilidade de que esta condição possa comprometer a meta de 2024 do MCMV Rural no processo seletivo em curso. As entidades argumentam sobre a necessidade de que a regulamentação do MCMV Rural deva ser submetida à reavaliação para corrigir falhas e ajustar rumos de forma a que todos os atores possam estar melhor preparados e qualificados em um próximo processo seletivo. Também consideram que, caso não haja processo seletivo para o orçamento de 2024, haverá um hiato grande de tempo entre a contratação decorrente do processo de seleção ora em curso e a próxima contratação, o que pode trazer grande prejuízo à capacidade das entidades. O Secretário informou que a intenção de selecionar mais propostas do que a meta de 2023 se destina principalmente a garantir o cumprimento da meta original, posto que muitas poderão vir a ser descartadas por problemas de comprovação e inconsistências na documentação.

O Secretário ainda informou que, conforme a análise efetuada no banco de dados das propostas enquadradas fornecido pelo agente financeiro CAIXA e de acordo com a aplicação dos critérios estabelecidos pela Portaria nº 743, de 2023, verificou-se que a ocorrência de municípios pouco

ou em nada atendidos se deveu, em muitos casos, à inexistência de propostas enquadradas para a localidade, à pouca quantidade de unidades apresentadas nas propostas selecionadas ou à limitação do nível de habilitação da EO.

Foi informado também pelo Secretário que, à exceção dos Estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, os demais municípios de cada UF foram ou plena ou quase totalmente atendidos com ao menos uma proposta selecionada, o que atende ao princípio de pulverização territorial do MCMV Rural.

Para elucidar dúvidas surgidas entre os participantes, o Secretário informou o que segue:

- a) o nível de habilitação alcançado pela entidade levará em conta as unidades habitacionais do PNHR em contratos não encerrados e as unidades habitacionais em contratos que vierem a ser firmados pelo PNHR, em retomada de obras, e pelo MCMV Rural; e
- b) as propostas que vierem a ser selecionadas e que estiverem em aparente duplicidade com outras também selecionadas serão conferidas pelo MCID antes de que se proceda a publicação, dando chance de substituir proposta em duplicidade por outra também classificada.

As entidades reivindicaram que a meta seja distribuída de maneira a garantir que 50% das unidades habitacionais sejam destinadas para as entidades de caráter nacional vinculadas às entidades que compõem o Comitê do MCMV Rural. A esta reivindicação, o Secretário de Habitação esclareceu que esta não é uma regra constante das atuais normas e que as regras não podem ser alteradas durante um processo de seleção para atender a um grupo de entidades em detrimento das demais, sob pena de questionamentos legais que podem inviabilizar as contratações. Ainda informou que, de acordo com o cenário estudado, se está estimando com base em um levantamento expedito que as entidades referidas poderão ter acesso a contratos para o provimento entre 8 e 10 mil unidades habitacionais distribuídas em todo o território nacional. As entidades manifestaram seu desagrado com essa estimativa frente ao número de propostas enquadradas. Porém, o Secretário recomendou que as entidades revissem suas estimativas levando em conta o nível de habilitação obtido por cada entidade, a duplicidade de propostas apresentadas e os contratos vigentes pelo PNHR de cada entidade, que comprometem seu limite de execução simultânea.

Algumas entidades também reivindicaram que a metodologia utilizada para a aplicação dos critérios de seleção tenha como base a população rural relativa, não absoluta, o que, na visão dessas entidades, passaria a atender melhor àqueles municípios com população menor e com elevado percentual de população rural. A respeito dessa reivindicação, o Secretário argumentou que esse cenário assim como outros estão sendo estudados.

A maioria das entidades manifestou preocupação com o retardo na divulgação do resultado do processo seletivo e o reflexo que esse retardo já está trazendo junto às comunidades beneficiárias e solicitou que ao final da reunião a SNH estabeleça uma data para que esta divulgação seja feita. Também alertaram para os atrasos que podem ocorrer caso as contratações do FAR e do MCMV Rural tenham calendário coincidente, tendo em vista que a CAIXA ainda está em fase de estruturação técnica e tecnológica para atender ao crescimento da demanda resultante da retomada das ações do Governo Federal na habitação de interesse social. A esta questão levantada, o Secretário comunicou aos presentes que vai levar a demanda ao Ministro das Cidades para que se pactue uma data para a apresentação dos resultados do processo de seleção.

O Secretário informou que, de acordo com o cenário estudado, as comunidades indígenas e quilombolas foram bem atendidas no processo de seleção em curso. Informou igualmente que foi estabelecido um limite máximo de 500 UHs para a participação das entidades públicas, no intento de distribuir melhor a meta entre as entidades e territorialmente, e que a proposta de iniciativa de entidade privada terá prevalência sobre proposta de iniciativa de entidade pública no caso de desempate entre propostas com a mesma pontuação.

O representante do Ministério dos Povos Indígenas informou aos participantes que seu Ministério está encaminhando tratativas junto ao MCID para que a área de provimento de habitação de interesse social estabeleça um programa destinado unicamente ao atendimento das comunidades indígenas e da população indígena residente fora das reservas, que já somam mais de 70% do total, conforme indicado pelo representante.

O Secretário da SNH informou que pretende promover um seminário de avaliação das normas do MCMV Rural com o objetivo de subsidiar sua revisão antes da abertura de novo processo seletivo. Todos os participantes apoiaram a iniciativa do Secretário.

Uma vez tratados todos os assuntos da pauta, a reunião foi encerrada.

QUADRO 1

		Enquadradas CEF		Selecionadas MCid				%				Legenda	
Meta	1.459	Nº Municípios 24		Nº Municípios	22	(92%)	EO Públicas	0				Corte Total	
Ampliada		Nº Propostas 68		Nº Propostas	45	(66%)	EO Privadas	25				Sem Corte	
Meta Orig.	2.778	Nº UH 2.260		Nº UH	1.027	(45%)							
Data/Hora: 2/2/24 17:24													
Resultado													
Item	Município	Pop. Rural do Mun.	NOME EO	CNPJ EO	Nota da EO	Capacidade da EO	Selecionada MCid	Total de UH na Proposta	% UH da Meta UF (Resultado)	Justificativa, se proposta não foi selecionada			
1	Isabella	26.404	Associação das Bonitas de Plantão		E	50	S	50	1,80%				
2	Vitória	26.314	Sindicato das Conquistadoras do Mundo		E	50	S	50	1,80%				
3	Penelope	24.967	Associação das Tecelãs		E	50	S	50	1,80%				
4	Ophelia	23.297	Sindicato das Assistentes de Serpente		E	50	S	50	1,80%				
5	Aurora	18.242	Comunidade Nascer do Sol		E	50	S	50	1,80%				
6	José Cristiano	15.917	Sindicato da Reforma Sem Fim		E	50	S	50	1,80%				
7	Monique	13.726	Associação dos Adoradores de Vinho		E	50	S	50	1,80%				
8	Maria Alice	11.384	Frente do País das Maravilhas		E	50	S	50	1,80%				
9	Augusto	7.429	Prefeitura Municipal de Augusto		M	500	S	24	0,86%				
10	Fernando	7.389	Sindicato dos Arquitetos		E	50	S	50	1,80%				
11	Martin	7.208	Frente Nacional do Saneamento para Todos		E	50	S	50	1,80%				
12	Caio	6.317	Associação da Erva Mate		E	50	S	50	1,80%				
13	Arnaldo	5.786	Prefeitura Municipal de Arnaldo		M	500	S	23	0,83%				
14	Alberto	4.801	Manaíra e Tambaú		E	50	S	50	1,80%				
15	Eustácio	3.566	Prefeitura Municipal de Eustácio		M	500	S	50	1,80%				
16	Vitória	26.314	Plantadores de Flores		E	50	S	50	1,80%				
17	Aurora	18.242	Associação das Bonitas de Plantão		E	0	N	50		Cota Insuficiente da EO			
18	Aurora	18.242	Associação Tempo		E	50	S	50	1,80%				
19	Monique	13.726	Comunidade Nascer do Sol		E	0	N	50		Cota Insuficiente da EO			
20	Maria Alice	11.384	Chapeleiro Maluco		E	50	S	50	1,80%				
21	Augusto	7.429	Prefeitura Municipal de Augusto		M	476	S	50	1,80%				
22	Fernando	7.389	Sindicato das Conquistadoras do Mundo		E	0	N	50		Cota Insuficiente da EO			
23	Martin	7.208	Associação das Tecelãs		E	0	N	50		Cota Insuficiente da EO			
24	Arnaldo	5.786	Prefeitura Municipal de Arnaldo		M	477	S	21	0,76%				
25	Augusto	7.429	Prefeitura Municipal de Augusto		M	426	S	20	0,72%				
26	Arnaldo	5.786	Prefeitura Municipal de Arnaldo		M	456	S	10	0,36%				
27	Aurora	18.242	Comunidade Nascer do Sol		E	0	N	50		Cota Insuficiente da EO			
28	Augusto	7.429	Prefeitura Municipal de Augusto		M	406	S	33	1,19%				
29	Arnaldo	5.786	Prefeitura Municipal de Arnaldo		M	446	S	7	0,25%				
30	Augusto	7.429	Prefeitura Municipal de Augusto		M	373	S	39	1,40%				
31	Penelope	24.967	Terra do Sol		E	50	N	100		Cota da EO Insuficiente desde a proposta			
32	Melissa	20.527	Terra do Sol		E	50	N	200		Cota da EO Insuficiente desde a proposta			
33	Aurora	18.842	Terra do Sol		E	50	N	200		Cota da EO Insuficiente desde a proposta			